



# SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - BAHIA

## PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Atualidades
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Legislação Específica
- ▶ Conhecimentos Específicos – Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Específicos – Matemática
- ▶ Conhecimentos Específicos – Ciências da Natureza
- ▶ Conhecimentos Específicos – História/Geografia

**INCLUI QUESTÕES GABARITADAS**

**COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL**



### BÔNUS

ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



# AVISO IMPORTANTE:

**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# SALVADOR - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR -  
BAHIA - BA

Professor Educação Infantil  
ao 5º ano

CÓD: SL-159AB-26  
7908433296249

## Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido; Semântica .....	9
2. Morfologia .....	12
3. Processos de formação de palavras .....	16
4. Sintaxe.....	17
5. Concordância nominal e verbal .....	21
6. Transitividade e regência de nomes e verbos .....	23
7. Colocação pronominal .....	26
8. Mecanismos de coesão textual.....	27
9. Ortografia.....	28
10. Acentuação gráfica.....	30
11. Emprego da crase .....	31
12. Pontuação Estilística (figuras de linguagem).....	32
13. Reescritura de frases.....	36
14. Variação linguística .....	38

## Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica e relações.....	47
2. Problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	56

## Atualidades

1. Brasil e mundo (economia, política e relações exteriores) .....	65
2. Questão ambiental.....	65
3. Sociedade brasileira.....	70
4. Cultura brasileira.....	74
5. Estado da Bahia.....	77

## Conhecimentos Pedagógicos

1. Processo de ensinar e aprender .....	81
2. Pedagogia da infância. Dimensões humanas Direitos da infância .....	82
3. Didática e metodologia do ensino .....	83
4. Alfabetização e letramento.....	86
5. Linguagem oral e escrita .....	87
6. Produção de textos .....	90
7. Literatura infantil (precursores e seguidores) .....	92
8. Processos cognitivos na alfabetização .....	93
9. Desenvolvimento da leitura e escrita .....	94

## ÍNDICE

10. Pensamento lógico da criança .....	96
11. Ambiente alfabetizador e dificuldades de aprendizagem.....	97
12. História da alfabetização.....	98
13. Função social da alfabetização.....	99
14. Avaliação da aprendizagem .....	100
15. Desenvolvimento linguístico e cognitivo .....	101
16. Desenvolvimento infantil (motricidade, linguagem e cognição).....	102
17. Etapas da alfabetização.....	103
18. Consciência fonológica .....	104
19. Tecnologia na alfabetização .....	105
20. Perspectiva infantil na alfabetização.....	106
21. Função social da escola.....	108
22. Brincadeira e desenvolvimento infantil .....	109
23. Fundamentos da educação.....	111
24. Tendências pedagógicas.....	117
25. Relações socioeconômicas da educação.....	119
26. Educação em direitos humanos.....	120
27. Inclusão e diversidade .....	123
28. Diretrizes curriculares nacionais .....	124
29. Organização do ensino.....	130
30. Metodologias e avaliação .....	131
31. Tecnologias da informação na educação .....	134
32. Projeto político-pedagógico.....	135

## Legislação Específica

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).....	143
2. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	162
3. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana .....	202
4. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos .....	203
5. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) .....	203

## Conhecimentos Específicos – Língua Portuguesa

1. Análise de textos (interpretação, estrutura, funções, relações linguísticas).....	219
--	-----

## Conhecimentos Específicos – Matemática

1. Números naturais e racionais. Operações matemáticas.....	221
2. Múltiplos, divisores.....	225
3. Números primos .....	227

## ÍNDICE

4. Linguagem algébrica Geometria (espaço e forma) .....	228
5. Medidas Sistema monetário .....	232
6. Tratamento da informação .....	235
7. Probabilidade .....	241
8. Metodologias de ensino de matemática.....	243
9. Equações e inequações.....	253
10. Perímetro e área .....	257
11. QUESTÕES .....	259
12. GABARITO .....	264

## Conhecimentos Específicos – Ciências da Natureza

1. Seres vivos e ambiente .....	265
2. Ar atmosférico .....	268
3. Água .....	271
4. Solo .....	274
5. Animais e vegetais .....	277
6. Cadeias alimentares.....	280
7. Ecologia e meio ambiente.....	281
8. Corpo humano e saúde.....	284
9. Doenças; Sexualidade .....	287
10. Energia e matéria.....	289
11. Recursos naturais e impactos ambientais.....	292
12. Resíduos e sustentabilidade.....	294
13. Ética ecológica .....	297

## Conhecimentos Específicos – História/Geografia

1. Fontes históricas e formação do Brasil .....	305
2. Lei 10.639/03 .....	308
3. História da Bahia; Conceitos de tempo Localização espacial e cartografia.....	308
4. Espaço geográfico .....	310
5. Espaço brasileiro .....	312
6. Espaço mundial.....	315
7. Conceitos de espaço e grupos sociais.....	319
8. Cidadania .....	321

# LÍNGUA PORTUGUESA

## ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO; SEMÂNTICA

### DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

**Compreensão** refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

#### ► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

#### ► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

### TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

#### ► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

#### Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

#### ► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

#### Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

#### ► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

#### Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

### INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

#### ► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

#### ► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

#### ► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

# RACIOCÍNIO LÓGICO

## ESTRUTURA LÓGICA E RELAÇÕES

### LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

#### ► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

#### ► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$ .

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

#### ► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

##### Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: "Quando será a prova?"
- Frases exclamativas: "Que maravilhoso!"

- Frases imperativas: "Desligue a televisão."
- Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

##### Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: " $2 + 2 = 4$ "
- Sentença fechada e falsa: "O Brasil é uma ilha"

#### ► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

##### Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: "João é engenheiro."
- q: "Maria é professora."

##### Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: "João é engenheiro e Maria é professora."

#### ► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **"O céu é azul."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **"Quantos anos você tem?"** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **"João é alto."** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **"Seja bem-vindo!"** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **" $2 + 2 = 4$ ."** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **"Ele é muito bom."** – Sentença aberta (não se sabe quem é "ele" e o que significa "bom").

▪ **"Choveu ontem."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

## AMOSTRA

- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **“O número x é maior que 10.”** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão  $x + y$  é positiva.
- O valor de  $\sqrt{4 + 3} = 7$ .
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
  - (B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
  - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
  - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
  - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

### ► Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$ : "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$ : "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$ : "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$ : "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$ : "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$ : "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A)  $\neg p$ ,  $p \vee q$ ,  $p \wedge q$

# ATUALIDADES

## BRASIL E MUNDO (ECONOMIA, POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERIORES)

### A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à compreensão de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato

como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

## QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental refere-se ao conjunto de problemas, desafios e debates relacionados à interação entre as atividades humanas e o meio ambiente. Trata-se de um tema transversal, que envolve dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo central nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento sustentável.

A problemática ambiental surge quando o uso dos recursos naturais ultrapassa a capacidade de regeneração dos ecossistemas, comprometendo o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida das populações. Nesse sentido, não se trata apenas da natureza em si, mas da forma como a sociedade organiza sua produção, consumo e ocupação do espaço.

Para compreender melhor esse conceito, é importante considerar os principais elementos que compõem a questão ambiental:

- Uso intensivo dos recursos naturais sem planejamento adequado.
- Geração de impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas.
- Interferência humana nos ciclos naturais.
- Conflitos entre crescimento econômico e preservação ambiental.
- Desigualdade na distribuição dos impactos ambientais entre diferentes grupos sociais.

Esses aspectos demonstram que a questão ambiental vai além de um problema ecológico, sendo também uma questão social e política.

► **Relação entre sociedade, economia e natureza**

**Interdependência entre os sistemas**

A relação entre sociedade, economia e natureza é marcada por uma forte interdependência. A natureza fornece os recursos necessários para a produção econômica, como água, energia, solo e matérias-primas, enquanto a sociedade organiza e transforma esses recursos em bens e serviços.

No entanto, esse processo frequentemente ocorre de maneira predatória, especialmente em modelos econômicos baseados no crescimento contínuo e no consumo intensivo. A exploração excessiva dos recursos naturais pode levar à degradação ambiental, à escassez de recursos e à perda de biodiversidade.

Essa relação pode ser sintetizada na seguinte tabela:

Elemento	Função principal	Impacto na questão ambiental
Natureza	Fornecimento de recursos e serviços ecológicos	Sofre degradação e esgotamento
Economia	Transformação de recursos em bens	Gera impactos e pressões ambientais
Sociedade	Consumo e organização social	Determina padrões de uso e exploração

A análise dessa interdependência é essencial para compreender que soluções ambientais exigem mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo.

► **Origem histórica dos problemas ambientais modernos**

**Industrialização e intensificação dos impactos**

Os problemas ambientais contemporâneos têm origem, em grande parte, no processo de industrialização iniciado no século XVIII, com a Revolução Industrial. Esse período marcou uma transformação profunda na forma de produção, com o uso intensivo de máquinas, combustíveis fósseis e recursos naturais.

A partir desse momento, houve um aumento significativo na extração de recursos e na emissão de poluentes, intensificando os impactos ambientais. O crescimento urbano acelerado e a expansão das atividades industriais contribuíram para a degradação ambiental em larga escala.

Entre os principais fatores históricos que impulsionaram a questão ambiental, destacam-se:

- Expansão industrial baseada no uso de carvão e petróleo.
- Crescimento populacional e aumento da demanda por recursos.
- Urbanização desordenada e falta de planejamento ambiental.
- Modelo econômico centrado no consumo e na produção em massa.

Esses processos históricos ajudam a explicar por que a questão ambiental se tornou um dos principais desafios do século XXI.

► **Crescimento econômico e pressão sobre recursos naturais**

**Limites do modelo de desenvolvimento tradicional**

O crescimento econômico, especialmente quando baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, exerce forte pressão sobre o meio ambiente. O modelo tradicional de desenvolvimento, centrado no aumento da produção e do consumo, tende a ignorar os limites ecológicos do planeta.

Esse padrão resulta em problemas como desmatamento, poluição, esgotamento de recursos e mudanças climáticas. Além disso, muitas vezes os benefícios do crescimento econômico não são distribuídos de forma equitativa, enquanto os impactos ambientais recaem de maneira desproporcional sobre populações vulneráveis.

A compreensão desses limites levou ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social.

► **Importância da questão ambiental nas atualidades**

**Centralidade do tema no cenário global**

A questão ambiental tornou-se um dos temas mais relevantes da atualidade, sendo objeto de debates internacionais, políticas públicas e mobilizações sociais. Problemas como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e escassez de recursos afetam diretamente a economia, a saúde e a estabilidade social.

Hoje, a preocupação ambiental está presente em diversas áreas, incluindo:

- Formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.
- Estratégias empresariais e responsabilidade socioambiental.
- Educação e conscientização da população.
- Investimentos e mercados financeiros sustentáveis.

Dessa forma, compreender os fundamentos da questão ambiental é essencial para analisar os desafios contemporâneos e pensar em soluções viáveis para o futuro.

**PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS**

► **Mudanças climáticas e aquecimento global**

**Causas, evidências e consequências**

As mudanças climáticas representam um dos mais graves problemas ambientais da atualidade. Elas consistem em alterações nos padrões climáticos globais, especialmente o aumento da temperatura média do planeta, fenômeno conhecido como aquecimento global.

A principal causa desse processo é a intensificação do efeito estufa, decorrente da emissão excessiva de gases como dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>) e óxidos de nitrogênio, resultantes principalmente da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e atividades industriais.

As consequências das mudanças climáticas são amplas e afetam diferentes dimensões da vida no planeta. Para organizar essas implicações, é importante observar:

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER

O processo de ensinar e aprender é a base de toda a educação formal e informal, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Ele envolve uma interação complexa entre professores, alunos, métodos pedagógicos e o ambiente educacional. A educação é mais do que a simples transmissão de conhecimentos: ela visa à formação integral do ser humano, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Nesta perspectiva, entender o processo de ensino e aprendizagem é essencial tanto para educadores quanto para alunos, pois influencia diretamente o sucesso educacional.

Neste contexto, o ensino envolve não apenas a apresentação de conteúdos, mas a criação de condições para que os alunos possam construir seu próprio conhecimento. A aprendizagem, por sua vez, é um processo ativo de assimilação e acomodação de novas informações, baseado em experiências prévias e no contexto sociocultural de cada estudante.

### O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO

O professor ocupa um papel central no processo de ensino. Ele não é apenas um transmissor de informações, mas um mediador que facilita a construção do conhecimento pelos alunos. O docente deve conhecer profundamente o conteúdo que ensina e, além disso, dominar técnicas pedagógicas que promovam o engajamento e a motivação dos estudantes.

- **Mediador do conhecimento:** O professor precisa atuar como um facilitador, ajudando os alunos a conectarem novos conceitos com o que já sabem.
- **Desenvolvedor de habilidades críticas:** O ensino deve ir além da memorização. O professor deve promover o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolver problemas.
- **Inspiração e motivação:** Um bom professor consegue despertar a curiosidade nos alunos, incentivando a autonomia e a busca por novos conhecimentos.

Um grande desafio para os professores é adaptar suas metodologias ao perfil dos alunos, considerando as diferentes formas de aprender. Por isso, o professor também precisa estar em constante desenvolvimento profissional, buscando novas estratégias de ensino e refletindo sobre sua prática pedagógica.

### O PAPEL DO ALUNO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem é um processo ativo e pessoal. O aluno não deve ser visto como um receptor passivo de informações, mas como protagonista de sua própria educação. Nesse sentido, a aprendizagem ocorre de maneira mais eficaz quando o aluno está motivado, curioso e engajado com os conteúdos propostos.

- **Autonomia:** O estudante precisa desenvolver a capacidade de aprender de forma independente, buscando fontes complementares de informação e desenvolvendo suas próprias estratégias de estudo.
- **Engajamento:** A participação ativa nas atividades propostas pelo professor é crucial para uma aprendizagem significativa. O aluno deve se envolver em discussões, trabalhos em grupo e reflexões críticas sobre o conteúdo.
- **Metacognição:** É importante que o aluno desenvolva a habilidade de refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, identificando seus pontos fortes e os aspectos que precisam ser melhorados.

Assim, um dos principais objetivos da educação moderna é formar alunos autônomos, capazes de continuar aprendendo ao longo de toda a vida, um conceito conhecido como “aprendizagem ao longo da vida” ou *lifelong learning*.

### MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sucesso do processo de ensino-aprendizagem depende da escolha de métodos pedagógicos adequados ao perfil dos alunos e aos objetivos de cada disciplina. Existem várias abordagens que podem ser adotadas, desde as mais tradicionais até as mais inovadoras:

- **Método expositivo:** Tradicionalmente, o método expositivo é caracterizado pela apresentação direta do conteúdo pelo professor. Ele é eficiente em determinadas situações, mas pode ser limitador em termos de engajamento.
- **Ensino por investigação:** Promove a curiosidade dos alunos, desafiando-os a explorar e descobrir novos conhecimentos por meio da pesquisa e do questionamento.
- **Aprendizagem baseada em problemas (PBL):** Esse método coloca os alunos no centro do processo, desafiando-os a resolver problemas reais ou simulados, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas.
- **Tecnologias educacionais:** O uso de tecnologias, como plataformas digitais, vídeos, simulações e jogos, tem se mostrado eficaz para diversificar as formas de aprender e tornar o conteúdo mais acessível.

Cada método tem suas vantagens e desvantagens, e cabe ao professor avaliar qual é o mais adequado para cada situação de ensino, levando em conta as necessidades e características da turma.

### A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é uma parte indispensável do processo de ensino e aprendizagem, pois permite tanto ao professor quanto ao aluno compreenderem o progresso feito em relação aos objetivos estabelecidos. Existem diferentes tipos de avaliação, cada uma com finalidades específicas:

- **Avaliação diagnóstica:** Realizada no início de um período letivo ou de um novo conteúdo, tem o objetivo de identificar o nível de conhecimento prévio dos alunos e suas necessidades.
- **Avaliação formativa:** Acontece ao longo do processo de ensino, fornecendo feedback constante para que o professor possa ajustar suas estratégias e os alunos possam corrigir eventuais dificuldades.
- **Avaliação somativa:** Realizada ao final de um ciclo de aprendizagem, essa avaliação tem o objetivo de verificar se os alunos atingiram os objetivos propostos.

Além disso, a avaliação deve ser vista não apenas como uma forma de medir o desempenho, mas também como uma ferramenta de aprendizagem. Avaliações reflexivas, como auto-avaliações e portfólios, podem ajudar os alunos a desenvolver uma maior consciência de seu progresso.

### PEDAGOGIA DA INFÂNCIA. DIMENSÕES HUMANAS DIREITOS DA INFÂNCIA

A pedagogia da infância é uma disciplina que vai além da mera transmissão de conhecimento, envolvendo uma compreensão profunda das dimensões humanas, respeito pelos direitos da infância, a promoção da recreação e a atenção cuidadosa ao desenvolvimento integral da criança. A pedagogia da infância não se limita apenas à transmissão de informações; ela envolve uma compreensão profunda das dimensões humanas que moldam o desenvolvimento da criança. Essas dimensões incluem aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. Ao considerar todas essas facetas, os educadores de infância podem criar ambientes de aprendizado que promovem o desenvolvimento integral.

Os aspectos físicos referem-se ao crescimento físico e ao desenvolvimento motor da criança. A pedagogia da infância reconhece a importância de atividades físicas e jogos para promover o desenvolvimento motor e habilidades fundamentais, como coordenação, equilíbrio e destreza.

A dimensão emocional é crucial na pedagogia da infância. Educadores devem estar atentos às emoções das crianças, ajudando-as a desenvolver habilidades emocionais, como a expressão adequada de sentimentos, a empatia e a compreensão das emoções dos outros. Um ambiente emocionalmente seguro é fundamental para o bem-estar da criança.

A interação social é uma parte fundamental do desenvolvimento infantil. A pedagogia da infância reconhece a importância de criar oportunidades para as crianças interagirem entre si, desenvolvendo habilidades sociais, como comunicação, cooperação e resolução de conflitos. Essa dimensão contribui para a formação de cidadãos socialmente competentes.

O desenvolvimento cognitivo abrange a aquisição de conhecimento, habilidades intelectuais e a capacidade de resolver problemas. A pedagogia da infância incentiva a exploração, a curiosidade e a criação de ambientes de aprendizado estimulantes que desafiem as mentes jovens.

### DIREITOS DA INFÂNCIA NA PEDAGOGIA DA INFÂNCIA

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, estabelece os direitos fundamentais de todas as crianças. A pedagogia da infância incorpora esses direitos como princípios orientadores, garantindo que a educação seja um veículo para a promoção e proteção desses direitos.

A pedagogia da infância reconhece o direito de todas as crianças à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Isso implica a criação de ambientes educacionais inclusivos, acessíveis e adaptados às necessidades individuais das crianças.

As crianças têm o direito de expressar suas opiniões e serem ouvidas em questões que as afetam. A pedagogia da infância promove a participação ativa das crianças em seu próprio processo de aprendizado, incentivando a tomada de decisões, a expressão criativa e o respeito pelas diferentes perspectivas.

A pedagogia da infância cria um ambiente seguro e protetor para as crianças. Educadores são responsáveis por garantir a segurança física e emocional dos alunos, promovendo a prevenção de qualquer forma de violência, abuso ou negligência.

O direito ao brincar é um elemento fundamental na pedagogia da infância. A recreação e o jogo são reconhecidos como ferramentas essenciais para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo da criança. A pedagogia da infância incentiva a criação de espaços de jogo e a valorização da importância do tempo livre e espontâneo.

### RECREAÇÃO

A recreação desempenha um papel central na pedagogia da infância, sendo considerada uma forma essencial de aprendizado para as crianças. Através do brincar, as crianças exploram o mundo ao seu redor, desenvolvem habilidades sociais, experimentam diferentes papéis e fortalecem seu vínculo com os outros.

A pedagogia da infância defende o valor do brincar livre, onde as crianças têm a oportunidade de escolher suas atividades, explorar sua criatividade e interagir com os outros de maneira não estruturada. O brincar livre contribui para o desenvolvimento autônomo e o senso de iniciativa.

Além do brincar livre, a pedagogia da infância reconhece o valor dos jogos estruturados para promover habilidades específicas. Jogos educativos podem ser projetados para abordar objetivos pedagógicos, facilitando a assimilação de conhecimento de forma lúdica e envolvente.

# LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

## LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

### LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

*Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

#### TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;  
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

#### TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas

de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)





# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MATEMÁTICA

## NÚMEROS NATURAIS E RACIONAIS. OPERAÇÕES MATEMÁTICAS

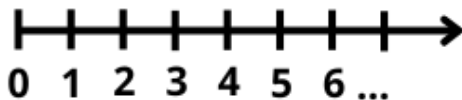
### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ( $\mathbb{N}$ )

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra  $\mathbb{N}$  e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



### Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

#### Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

#### Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

### Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

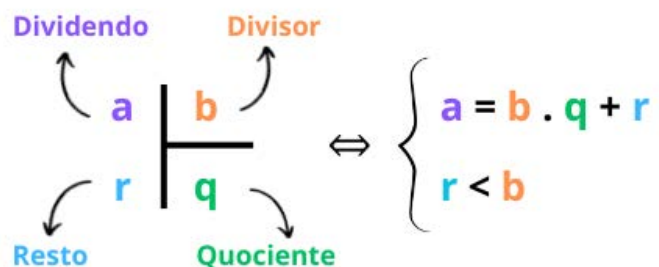
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

### Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo:  $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo:  $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural  $n$  por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse  $q$ , então poderíamos escrever:  $n \div 0 = q$  e isto significaria que:  $n = 0 \times q = 0$  o que não é correto! Assim, a divisão de  $n$  por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

### Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo  $a, b$  e  $c$  em  $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:**  $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:**  $a + b = b + a$

- **Elemento neutro da adição:**  $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:**  $(a.b).c = a.(b.c)$
- **Comutativa da multiplicação:**  $a.b = b.a$
- **Elemento neutro da multiplicação:**  $a.1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:**  $a.(b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:**  $a.(b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):  
 $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$ .

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
<b>João</b>	1750	2245
<b>Maria</b>	850	2320
<b>Nulos</b>	150	217
<b>Branços</b>	18	25
<b>Abstenções</b>	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona:  $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona:  $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois:  $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa:  $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa:  $450 \div 25 = 18$ .

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão:  $32 \div 6 = 5$  grupos completos, com  $32 - (6 \times 5) = 2$  alunos sobrando.

Resposta: B.

### CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS (Q)

Os números racionais são aqueles que podem ser expressos na forma de fração. Nessa representação, tanto o numerador quanto o denominador pertencem ao conjunto dos números inteiros, e é fundamental observar que o denominador não pode ser zero, pois a divisão por zero não está definida.

O conjunto dos números racionais é simbolizado por Q. Vale ressaltar que os conjuntos dos números naturais e inteiros são subconjuntos dos números racionais, uma vez que todos os números naturais e inteiros podem ser representados por frações. Além desses, os números decimais e as dízimas periódicas também fazem parte do conjunto dos números racionais.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS DA NATUREZA

## SERES VIVOS E AMBIENTE

### CARACTERÍSTICAS DOS SERES VIVOS E SUAS NECESSIDADES

Os seres vivos apresentam características que os diferenciam dos elementos não vivos da natureza. Embora existam muitas diferenças entre uma árvore, um peixe, uma bactéria, um cachorro, uma pessoa e um fungo, todos os seres vivos realizam processos fundamentais relacionados à manutenção da vida. De modo geral, eles nascem, crescem, alimentam-se, respiram, respondem a estímulos, podem se reproduzir e, em algum momento, morrem. Essas características ajudam os estudantes a compreenderem o que é vida e como os organismos se mantêm em interação com o ambiente.

Uma das necessidades básicas dos seres vivos é a obtenção de energia. Os organismos precisam de energia para crescer, movimentar-se, produzir substâncias, manter o funcionamento do corpo e realizar suas atividades vitais. As plantas produzem seu próprio alimento por meio da fotossíntese, processo em que utilizam luz solar, água, gás carbônico e sais minerais para produzir substâncias necessárias ao seu desenvolvimento. Por isso, a luz, a água e o solo adequado são tão importantes para a vida vegetal. Quando uma planta fica muito tempo sem luz ou sem água, seu crescimento é prejudicado e ela pode morrer.

Os animais, diferentemente das plantas, não produzem seu próprio alimento. Eles precisam alimentar-se de outros seres vivos ou de partes deles. Alguns animais comem plantas, como bois, coelhos e gafanhotos. Outros alimentam-se de animais, como leões, serpentes e algumas aves. Há também animais que comem tanto plantas quanto animais, como seres humanos, porcos e galinhas. Essa diversidade de formas de alimentação mostra que os seres vivos estão conectados por relações de dependência. Um animal depende de outro organismo para obter alimento, e esse alimento depende, direta ou indiretamente, das plantas e da energia solar.

A água é outra necessidade fundamental. Todos os seres vivos dependem dela em maior ou menor quantidade. A água participa de processos internos do organismo, ajuda no transporte de substâncias, regula a temperatura corporal em muitos animais e é essencial para o crescimento das plantas. Em ambientes onde há pouca água, como regiões desérticas, os seres vivos apresentam características que ajudam na sobrevivência. Algumas plantas armazenam água em seus caules ou folhas; alguns animais têm hábitos noturnos para evitar o calor intenso; outros conseguem passar longos períodos com pouca ingestão de água.

O ar também é indispensável para muitos seres vivos. A maioria dos animais precisa de oxigênio para respirar. Os seres humanos respiram por meio dos pulmões; os peixes retiram

oxigênio dissolvido na água por meio das brânquias; os insetos possuem estruturas próprias para trocas gasosas. As plantas também realizam trocas gasosas com o ambiente, utilizando gás carbônico na fotossíntese e liberando oxigênio como parte desse processo. Isso mostra que a atmosfera e os organismos vivos mantêm relações constantes.

Além de alimento, água e ar, muitos seres vivos precisam de abrigo e proteção. Os ninhos das aves, as tocas de alguns mamíferos, os cascos de tartarugas, as conchas de moluscos, as cascas das árvores e os esconderijos usados por pequenos animais mostram diferentes formas de proteção. O abrigo ajuda os organismos a se protegerem de predadores, temperaturas extremas, chuva, vento ou outras condições desfavoráveis. Para os seres humanos, a moradia também cumpre função de proteção, embora envolva dimensões sociais e culturais mais amplas.

Os seres vivos também respondem a estímulos do ambiente. Uma planta pode crescer em direção à luz; um animal pode fugir ao perceber perigo; uma pessoa retira a mão ao tocar algo muito quente; algumas flores se abrem em determinados períodos do dia; certos animais mudam seu comportamento conforme a temperatura ou a presença de alimento. Essas respostas mostram que os organismos percebem mudanças no ambiente e reagem a elas de diferentes formas.

A reprodução é outra característica importante. Por meio dela, os seres vivos originam novos indivíduos, garantindo a continuidade da espécie. Algumas plantas se reproduzem por sementes; outras podem se multiplicar por partes do caule, raiz ou folhas. Os animais apresentam diferentes formas de reprodução e cuidado com os filhotes. Há espécies que colocam ovos, como aves, peixes e muitos répteis; outras geram filhotes no corpo da fêmea, como mamíferos. Observar ciclos de vida, como o de uma planta ou de uma borboleta, ajuda a criança a compreender nascimento, crescimento, transformação e continuidade da vida.

### RELAÇÕES ENTRE OS SERES VIVOS

Os seres vivos mantêm muitas relações entre si. Essas relações podem envolver alimentação, proteção, abrigo, reprodução, competição, cooperação e decomposição. Compreender essas interações é essencial para perceber que a natureza funciona como uma rede de dependências. Nenhum organismo existe de forma completamente isolada. Mesmo seres pequenos, como insetos, fungos e bactérias, desempenham funções importantes nos ambientes.

Uma das relações mais conhecidas é a relação alimentar. Os seres vivos precisam obter energia, e essa energia circula no ambiente por meio das cadeias alimentares. As plantas ocupam papel fundamental porque são produtoras. Elas produzem seu próprio alimento por meio da fotossíntese e servem de base para muitas cadeias alimentares. Um capim pode ser alimento para um gafanhoto; o gafanhoto pode servir de alimento para

um sapo; o sapo pode ser alimento para uma cobra; e a cobra pode ser alimento para uma ave de rapina. Esse exemplo simples mostra que os organismos estão conectados.

Os animais que se alimentam de plantas são chamados herbívoros. Eles dependem diretamente dos vegetais para sobreviver. Os carnívoros alimentam-se de outros animais. Já os onívoros podem alimentar-se tanto de plantas quanto de animais. Essas categorias ajudam os estudantes a compreenderem diferentes hábitos alimentares, mas é importante evitar uma visão rígida demais, pois na natureza há grande diversidade de comportamentos alimentares. O mais importante é perceber que a alimentação cria relações de dependência entre os seres vivos.

Os decompositores também têm papel essencial. Fungos, bactérias e outros organismos participam da decomposição de restos de plantas, animais mortos, folhas caídas, frutas apodrecidas e outros materiais orgânicos. Ao decompor essa matéria, devolvem nutrientes ao solo, permitindo que novas plantas cresçam. Muitas vezes, os decompositores são pouco lembrados pelas crianças, porque não são tão visíveis quanto animais maiores ou plantas. No entanto, sem eles, haveria acúmulo de matéria orgânica e os nutrientes não retornariam ao ambiente de forma adequada.

Além da alimentação, existem relações de cooperação. Algumas espécies se beneficiam mutuamente. Um exemplo simples é a relação entre flores e polinizadores, como abelhas, borboletas e alguns pássaros. Ao buscar néctar, esses animais transportam pólen de uma flor para outra, contribuindo para a reprodução das plantas. Ao mesmo tempo, obtêm alimento. Essa relação mostra que os seres vivos podem depender uns dos outros de maneiras que não envolvem predação.

Há também relações de competição. Os seres vivos podem competir por alimento, luz, água, espaço ou parceiros reprodutivos. Em uma floresta, plantas competem pela luz solar; em um ambiente com pouca água, diferentes organismos podem disputar esse recurso; animais de uma mesma espécie podem competir por território ou alimento. A competição faz parte da dinâmica dos ambientes, especialmente quando os recursos são limitados.

Outra relação importante é a de abrigo. Muitas árvores servem de moradia para aves, insetos e pequenos mamíferos. Buracos no solo podem abrigar animais. Recifes de corais oferecem proteção para peixes e outros organismos marinhos. Até mesmo folhas secas no chão podem servir de abrigo para pequenos seres vivos. Assim, o ambiente físico e os próprios organismos podem oferecer proteção e condições de sobrevivência.

As relações entre seres vivos também podem ser afetadas pelas mudanças ambientais. Se uma área é desmatada, os animais que dependiam das árvores perdem alimento, abrigo e locais de reprodução. Se um rio é poluído, peixes, plantas aquáticas, aves e comunidades humanas podem ser prejudicados. Se uma espécie desaparece, outras que dependiam dela também podem ser afetadas. Isso mostra que a alteração de um elemento do ambiente pode gerar consequências para muitos outros.

Nos anos iniciais, o ensino dessas relações pode ser feito por meio de exemplos simples, desenhos, histórias, observação de jardins, montagem de cadeias alimentares, cuidado com hortas e análise de situações do cotidiano. O estudante pode observar formigas, pássaros, plantas, minhocas, flores e pequenos insetos,

percebendo que cada organismo participa de relações. Também pode construir cartazes mostrando “quem se alimenta de quem” ou “que seres vivem em determinado ambiente”.

Compreender as relações entre os seres vivos ajuda a criança a superar uma visão fragmentada da natureza. Ela passa a perceber que a vida é interdependente. Plantas, animais, fungos, microrganismos e seres humanos fazem parte de redes de relações. Essa compreensão é fundamental para desenvolver respeito pela biodiversidade e consciência sobre a importância do equilíbrio ambiental.

### AMBIENTES NATURAIS, ADAPTAÇÕES E DIVERSIDADE DA VIDA

A vida na Terra é extremamente diversa. Existem seres vivos em florestas, rios, mares, campos, desertos, manguezais, cavernas, regiões geladas, jardins, hortas, cidades e muitos outros ambientes. Cada ambiente apresenta condições próprias de luz, temperatura, umidade, solo, água, vento, salinidade, disponibilidade de alimento e presença de outros organismos. Essas condições influenciam quais seres vivos conseguem viver em cada local e como eles se comportam.

As florestas, por exemplo, costumam apresentar grande diversidade de plantas, animais, fungos e microrganismos. A presença de muitas árvores cria sombra, abrigo, alimento e umidade para diferentes espécies. Pássaros podem construir ninhos nos galhos; insetos podem viver nas folhas ou no solo; macacos podem se deslocar entre as árvores; fungos podem decompor matéria orgânica; raízes ajudam a proteger o solo. Em uma floresta, a vida aparece em muitos níveis: no alto das árvores, nos troncos, no chão, sob as folhas e até dentro do solo.

Os ambientes aquáticos, como rios, lagos, mares e oceanos, apresentam outras condições. Neles, os seres vivos precisam estar adaptados à vida na água. Peixes possuem estruturas que favorecem a locomoção e a respiração aquática. Plantas aquáticas apresentam formas de sobreviver submersas ou flutuando. Alguns animais vivem no fundo, outros nadam livremente, outros dependem das margens. A quantidade de luz, a profundidade, a temperatura e a qualidade da água influenciam a presença dos organismos.

Os desertos apresentam pouca disponibilidade de água e temperaturas geralmente extremas. Por isso, os seres vivos desses ambientes possuem características que favorecem a economia de água e a resistência ao calor. Os cactos, por exemplo, armazenam água em seus tecidos e possuem espinhos em vez de folhas largas, o que reduz a perda de água. Alguns animais do deserto têm hábitos noturnos, evitando o calor intenso do dia. Esses exemplos mostram que as características dos seres vivos estão relacionadas às condições dos ambientes.

As adaptações são características que favorecem a sobrevivência dos organismos em determinado ambiente. Elas podem estar relacionadas ao corpo, ao comportamento ou ao modo de vida. O bico de uma ave, por exemplo, pode indicar o tipo de alimento que ela consome. Aves que comem sementes podem ter bicos fortes; aves que se alimentam de néctar podem ter bicos longos e finos; aves de rapina possuem bicos curvos e fortes para rasgar alimentos. Esses exemplos ajudam os estudantes a perceberem a relação entre forma e função.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – HISTÓRIA/GEOGRAFIA

## FONTES HISTÓRICAS E FORMAÇÃO DO BRASIL

### RAÍZES INDÍGENAS E CONTEXTO AMBIENTAL

#### ► Culturas pré-coloniais e evidências arqueológicas

Os estudos arqueológicos revelam uma impressionante diversidade cultural pré-colonial no território que hoje chamamos Brasil. Datados de mais de 12 000 anos, sítios como Pedra Furada (PI) e Lagoa Santa (MG) indicam ocupações humanas contínuas e complexas, refutando a antiga ideia de um espaço vazio antes da chegada europeia. As sucessivas tradições líticas, cerâmicas e funerárias mostram a evolução tecnológica dos grupos e suas adaptações ambientais. A cerâmica da Fase Açutuba, por exemplo, indica técnicas refinadas de queima controlada e decoração geométrica, associadas a comunidades ribeirinhas da Amazônia. Já a tradição Santarém revela policromia sofisticada, simbolizando identidades coletivas e estruturas sociais hierarquizadas. A classificação desses materiais permite reconstruir padrões de mobilidade, redes de troca e interação entre etnias. A análise polínica dos solos (palinologia) complementa o quadro ao evidenciar práticas agrícolas antigas, como o cultivo de mandioca e milho em terra preta. Assim, as fontes materiais oferecem um mosaico de ocupações variadas que desconstróem estereótipos de homogeneidade cultural indígena.

#### Principais evidências

- Pinturas rupestres em cavernas e abrigos, retratando cenas de caça, rituais e fauna extinta.
- Artefatos líticos lascados e polidos, indicando diferentes níveis de especialização técnica.
- Cerâmicas regionais (Açutuba, Santarém, Marajoara) como marcadores de identidade e cronologia.
- Sepultamentos com ajuares funerários que revelam estruturas sociais complexas.

#### ► Condicionantes geográficos das ocupações indígenas

A distribuição dos grupos indígenas esteve intimamente ligada aos biomas e aos ciclos climáticos holocênicos. Nos interflúvios amazônicos, a fertilidade limitada do solo estimulou práticas de agricultura itinerante com coivara, enquanto nas várzeas a abundância de peixes favoreceu assentamentos permanentes e a produção de terra preta. No Cerrado, a sazonalidade pronunciada levou à complementação entre coleta de frutos do cerrado e roças de subsistência. Já no litoral atlântico, a presença de sambaquis — montículos de conchas e ossos — demonstra o uso intensivo de recursos marinhos e a formação de aldeias sedentárias anterior à chegada portuguesa. Os grandes rios

atuaram como eixos de circulação, conectando populações distantes e permitindo trocas de bens e técnicas. A floresta, longe de ser barreira, constituiu meio de vida e rota de comunicação. Essa variedade de ambientes gerou soluções adaptativas específicas que influenciaram não apenas a economia, mas também a organização social e a cosmologia de cada povo.

#### Fatores ambientais determinantes

- Disponibilidade hídrica: rios, lagos e aquíferos determinaram rotas e permanências.
- Fertilidade dos solos: terra preta de índio como resultado e fator de agricultura intensiva.
- Sazonalidade climática: alternância entre estações secas e chuvosas moldando calendários agrícolas.
- Biodiversidade: oferta variada de caça, frutos e fibras sustentando dietas e tecnologias.

#### ► Tradições orais e etno-história como fontes

As fontes orais preservadas pelos descendentes indígenas ampliam a compreensão acadêmica, pois carregam memórias de migrações, alianças e conflitos que raramente aparecem nos registros escritos coloniais. Mitos de origem, cantos rituais e narrativas de heróis culturais constituem sistemas de conhecimento que articulam espaço, tempo e identidade. A triangulação entre a oralidade e documentos de cronistas dos séculos XVI e XVII — como as cartas dos jesuítas ou a obra de Jean de Léry — possibilita verificar continuidades e rupturas culturais. A etno-história, disciplina que cruza métodos da antropologia e da história, contextualiza esses relatos no processo de contato, resistências e ressignificações provocadas pela colonização. Além disso, o mapeamento participativo moderno registra topônimos nativos que indicam antigos territórios de caça ou locais sagrados, preservando-os frente às pressões de frentes agrícolas e mineradoras. Portanto, a voz indígena, expressa na oralidade, é indispensável para reconstituir o passado de maneira mais plural e inclusiva.

#### Contribuições da oralidade

- Detalhes de rotas de migração e ocupação não descritos por cronistas europeus.
- Informações sobre uso sustentável de plantas medicinais e manejo florestal.
- Cosmologias que explicam a relação simbiótica entre grupos humanos e paisagem.
- Memória de conflitos inter-étnicos e acordos diplomáticos pré-coloniais.

## COLONIZAÇÃO EUROPEIA E AMPLIAÇÃO DO TERRITÓRIO

### ► Fontes documentais: cartas, crônicas e registros oficiais (séculos XVI – XVIII)

O início da presença europeia no espaço americano deixou um riquíssimo acervo de documentos que iluminam as etapas da colonização e da expansão territorial. A famosa carta de Pero Vaz de Caminha, redigida em abril de 1500, oferece não apenas a primeira descrição minuciosa da paisagem e dos povos indígenas, mas também a visão eurocêntrica que permeou todo o processo de conquista. Ao longo do século XVI, os relatos dos cronistas viajantes, como Hans Staden e Jean de Léry, aliaram observação etnográfica e apologética religiosa, fornecendo detalhes sobre práticas alimentares, estruturas políticas indígenas e o incipiente tráfico de pau-brasil. Paralelamente, a correspondência jesuítica — conservada nos “*Monumenta Brasiliae*” — registra estratégias de catequese, fundação de aldeamentos e a tensão constante entre missionários e colonos interessados em mão de obra nativa. No século XVII, o fortalecimento do Governo-Geral e a disseminação das capitânicas hereditárias multiplicaram alvarás régios, sesmarias e livros de tomo paroquiais, fontes indispensáveis para rastrear a posse da terra, o avanço dos engenhos de açúcar e a instalação de fortificações litorâneas. Já no século XVIII, a centralização pombalina exigiu relatórios minuciosos sobre a produção de ouro e diamantes, culminando em mapas demográficos detalhados e registros fiscais como as “*Rolagens da Intendência das Minas*”. Esses documentos, confrontados com vestígios arqueológicos e fontes orais, revelam a complexidade do processo colonial e desfazem a narrativa linear de ocupação.

#### Destaques documentais

- Carta de Pero Vaz de Caminha (1500), marco inaugural da documentação lusa.
- Relatos de Jean de Léry (1578) e Hans Staden (1557), combinando etnografia e apologética.
- Cartas anuais da Companhia de Jesus, descrevendo aldeamentos e conflitos.
- Alvarás de sesmaria e livros de tomo, mapeando a apropriação fundiária.
- Relatórios pombalinos sobre mineração, essenciais para a fiscalidade metropolitana.

### ► Cartografia colonial como testemunho da expansão

Ao lado dos textos, a cartografia desempenhou papel decisivo na consolidação do território colonial. Os primeiros mapas, como o Planisfério de Cantino (1502) e a Carta de Alberto Cantino, registravam apenas o contorno costeiro, refletindo a lógica de uma ocupação voltada para o Atlântico. Com o decorrer do século XVI, cartas náuticas manufaturadas em Lisboa e Sevilha passaram a incorporar acidentes geográficos internos, impulsionadas pelas expedições sertanistas e pelo interesse no ouro das Serras de Mantiqueira e Itacolomi. No século XVII, a disputa luso-hispânica na bacia do Prata tornou urgente a demarcação de fronteiras, gerando mapas militares detalhados que fundamentaram o Tratado de Madri (1750). Esses documentos combinavam observação direta, relatos de bandeirantes e medições empíricas, revelando não apenas a geografia física, mas também a distribuição

de missões jesuíticas e povoados indígenas. A partir do final do século XVIII, a chegada de engenheiros militares — como João Massé e José Borges de Vilhena — introduziu técnicas de levantamento geométrico, aumentando a precisão na representação de rios, serras e caminhos. Assim, a cartografia colonial não foi mero espelho da realidade: ela construiu e legitimou visões de poder, orientando a ocupação do interior e a administração fiscal.

#### Principais mapas coloniais

- Planisfério de Cantino (1502), primeiro esboço do litoral brasileiro.
- Atlas de João Teixeira Albernaz (1640), ampliando a costa e rios interiores.
- Mapas militares das Fronteiras Meridionais (séc. XVIII), base para o Tratado de Madri.
- Cartas de demarcação pombalinas, aplicando métodos de triangulação.
- Plantas urbanas de Salvador e Rio de Janeiro, revelando a lógica defensiva costeira.

### ► Cultura material dos ciclos econômicos e territorialização interna

A paisagem colonial brasileira foi moldada por sucessivos ciclos econômicos, cada qual deixando traços materiais que atuam como testemunhos históricos. No Nordeste açucareiro dos séculos XVI e XVII, as ruínas de engenhos — com suas moendas movidas a água ou a tração animal, casas-grandes, senzalas e capelas — ilustram o modelo de plantation e a lógica casa-grande & senzala que organizou a sociedade hierárquica. No Sudeste, as expedições bandeirantes do século XVII aproveitaram redes fluviais e trilhas indígenas, inaugurando entrepostos temporários cujos vestígios arqueológicos incluem fornos de fundição rudimentares e fortins de madeira. Com a mineração setecentista, núcleos urbanos como Vila Rica (Ouro Preto), Mariana e Diamantina surgiram sobre encostas íngremes, obedecendo a traçados adaptados ao escoamento de água usada na lavagem do cascalho aurífero. As igrejas barrocas, erguidas com recursos da elite mineradora, tornaram-se fontes iconográficas e arquitetônicas que refletem a transferência cultural do Atlântico português para o interior. Além disso, a escravidão africana — espinha dorsal de todos os ciclos — deixou marcas no patrimônio imaterial, na toponímia e em objetos cotidianos, como ferramentas de ferro e cerâmicas crioulas. A análise desse conjunto material permite reconstituir técnicas produtivas, relações de poder e a dinâmica de povoamento que ultrapassou o meridiano de Tordesilhas, consolidando a feição continental do Brasil.

#### Evidências materiais mais relevantes

- Ruínas de engenhos de açúcar no Recôncavo Baiano, exemplificando o complexo agroindustrial.
- Trilhos antigos do Caminho Velho da Estrada Real, ligando Minas a Paraty.
- Sítios de fundição bandeirante no vale do Paraíba, indício da metalurgia primitiva.
- Igrejas barrocas mineiras com talha dourada, símbolo da riqueza aurífera.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**